



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2005

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública é um bem democrático, legitimamente desejado por todos os setores sociais, um direito fundamental da cidadania, obrigação constitucional do Estado e responsabilidade de cada um de nós, o Programa Nacional da Segurança Pública do Governo Federal considera necessária a reforma das polícias para torná-las instituições eficientes, respeitosas dos Direitos Humanos e voltadas para a construção da paz - e não instituições que vejam os cidadãos como inimigos, sendo organizadas como instrumentos de defesa do Estado e que se pensam como tal. Mais do que isso: as comunidades desejam a presença plena do Estado em seus âmbitos federal, estadual e municipal com todos os serviços elementares, o que inclui o lazer e a cultura. O Governo, por meio do Ministério da Justiça, também julga necessário que as políticas públicas de segurança acolham a participação multidisciplinar e interinstitucional, envolvendo, além dos policiais, outros setores governamentais, entidades da sociedade, movimentos sociais e organizações do terceiro setor, incluindo também a contribuição das universidades.

A busca pela construção da paz também depende da adoção de uma transformação estrutural nas ações de segurança pública: o enfoque privilegiado na lógica da prevenção e da gestão. A intervenção efetivamente capaz de reduzir a violência e criminalidade é aquela que envolve ações em duas frentes: uma primeira, que busca alterar as condições propiciatórias imediatas, isto é, as condições diretamente ligadas às práticas que se deseja eliminar, e uma segunda, voltada para mudanças estruturais, cujos efeitos somente exercerão impacto futuro na desaceleração das dinâmicas criminais.

Além disso, é preciso que as ações obedeçam aos seguintes princípios de gestão: o diagnóstico das dinâmicas criminais e dos fatores de risco local e geral - sensível às variações ditadas pelas circunstâncias e conjunturas; a elaboração de um plano de ação capaz de formular uma agenda, identificar prioridades e recursos e estipular metas; a avaliação de resultados e processos e, ainda, o monitoramento que consiste na correção de rumos ditada pela constatação dos erros.

A reforma das polícias deve estar associada, portanto, à constituição de um novo ângulo de abordagem da problemática da segurança pública; à formação de um novo profissional para a gestão da política de segurança e a negociação de uma nova aliança, de uma nova modalidade de pacto com a sociedade, particularmente com as comunidades locais. Todas essas mudanças devem ser acompanhadas por uma transformação gradual das polícias que inclua a revisão de alguns dos seus valores fundamentais, de sua identidade institucional, de sua cultura profissional e de seu padrão de comportamento.

Devemos verificar a transição de uma cultura da guerra para uma cultura da paz; de uma visão excludente de mundo para um entendimento dialogal das funções policiais. Afirmar que o cidadão é o destinatário dos serviços de segurança pública significa reconhecer que compete à polícia trabalhar pelo estabelecimento das relações pacíficas entre os cidadãos, respeitando as diferenças de gênero, classe, idade, pensamento, crenças e etnia, devendo criar ações de proteção aos direitos dos diferentes. Com isso, não se pretende a abdicação da força, mas seu uso - quando necessário - de forma técnica, racional e ética.

Nesse contexto, as polícias deixariam de praticar ações isoladas que identificam o cidadão como potencial inimigo, passando a admitir que, em um ambiente democrático, a segurança pública só pode operar articulada com as comunidades organizadas. Atualmente, o isolamento e a negação desse trabalho evidenciam o distanciamento das polícias em relação aos destinatários dos seus serviços e ao contexto onde vivem, bem como a ignorância em relação à natureza das outras corporações do sistema. O sentido da segurança cidadã se traduz pela parceria dos órgãos de segurança com as comunidades na análise, planejamento e controle das intervenções. Atribui-se, assim, um papel fundamental à cidadania no funcionamento das organizações de segurança pública que devem estar presentes, controlando o cumprimento de metas, a lisura administrativa e, principalmente, a justiça na aplicação das medidas punitivas contra atos de abuso de poder e de violência cometidos por servidores da segurança.

Outro ponto importantíssimo sobre as reformas propostas e efetuadas pelo Ministério da Justiça, por meio da SENASP, está relacionado ao uso da informação. Há uma cultura corrente nas corporações policiais segundo a qual informação é poder, impedindo a transparência delas com a tendência

de que o servidor que as possua não as compartilhe com os demais. A implantação de um sistema único informatizado e a racionalização operacional e administrativa oriunda do uso competente desses recursos são as formas pela qual a informação poderá ser corretamente administrada. Na atualidade, rejeitar esses instrumentos é confessar publicamente a abdicação dos objetivos das polícias e da segurança pública, pois não se consegue controlar, prevenir e atuar em um universo sem seu conhecimento. Associado a esse contexto verifica-se que é preciso fazer com que as investigações recebam contribuições de várias Ciências que dispõem de recursos para esclarecer fatos criminosos por meio da qualificação da perícia criminal.

O Programa de Segurança Pública para o Brasil propõe que o instrumento fundamental para a efetivação das referidas mudanças nas polícias brasileiras é a educação. O servidor de segurança pública que não é estimulado e requalificado perde seu interesse profissional, cai na apatia e desconsidera a importância de sua função. Todavia, não basta a mudança de paradigmas e a reformulação dos cursos ministrados nas academias. É preciso que se constitua um sistema educacional convergente para todos os órgãos de segurança pública. Só assim passará a existir uma visão de mundo comum entre todas as polícias e um mínimo conhecimento técnico que possibilitará o diálogo entre instituições, superando disputas e rivalidades.

Por fim, cabe destacar que muitos policiais ainda possuem uma compreensão equivocada de Direitos Humanos porque não experimentam em suas vidas o exercício dessas prerrogativas, uma vez que exercem seu trabalho no interior de instituições verticalizadas, escalonadas e discriminadoras de direitos. Nesse sentido, é preciso uma política nacional de valorização profissional dos operadores de segurança pública, fundamentada em tais prerrogativas. Devemos construir condições para que os Direitos Humanos sejam reproduzidos, principalmente pelas instituições cujo escopo é garantir a continuidade ordeira da sociedade.

2. AÇÕES REALIZADAS PELA SENASP

As atividades desenvolvidas pela Secretaria durante o exercício de 2005 estão inseridas no Plano Plurianual (PPA 2004-2007), assim sendo foi estipulado que a implantação do Sistema Único de Segurança Pública seria realizada pela dedicação às ações convergentes em sete eixos estratégicos: gestão do conhecimento; reorganização institucional; formação e valorização profissional; prevenção; estruturação da perícia; controle externo e participação social; e programas de redução da violência.

No total, foram realizadas 50 ações que envolvem tanto as mudanças estruturais nas polícias – cujos resultados serão alcançados em uma perspectiva de tempo mais ampla – quanto às ações de interferência em condições imediatas associadas à violência e à criminalidade. Devido à situação da segurança pública no país, escolhemos essa estratégia, pois ela nos permite desenvolver mudanças estruturais necessárias e ações voltadas à intervenção imediata em problemas mais focalizados no tempo e no espaço. Cabe afirmar ainda que os eixos estratégicos de implantação do SUSP não foram apenas pautadores na formulação das ações executadas pela SENASP, mas também atribuíram conteúdo aos processos empreendidos na avaliação dos resultados de suas ações.

2.1 - GESTÃO DO CONHECIMENTO E INFORMAÇÕES CRIMINAIS

2.1.1 - SISTEMA NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA CRIMINAL - SINESPJC

O SINESPJC é uma base de dados alimentada continuamente com estatísticas de segurança pública e justiça criminal de todo o Brasil. Os princípios fundamentais de constituição do sistema são a criação de conhecimento que promova a integração das organizações de segurança pública e o subsídio para a implantação da gestão como princípio de administração dessas organizações. O sistema possui seis módulos diferentes: 1) Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública - monitora ocorrências criminais e atividades de segurança pública em todo Brasil, especialmente nos 224 municípios brasileiros

com população acima de 100 mil habitantes e caracteriza vítimas, agressores e a presença de armas; 2) Perfil das Organizações de Segurança Pública - monitora as condições de funcionamento, recursos humanos, recursos materiais convencionais, ações e a articulação com a SENASP; 3) Fluxo do Sistema de Justiça Criminal - monitora o fluxo do Sistema de Justiça Criminal em cada Unidade da Federação; 4) Pesquisa Nacional de Vitimização - avaliação da população vitimada pela violência, notificação de crimes, satisfação da população em relação à atuação da polícia e outras avaliações da população em relação às políticas de segurança pública; 5) Cadastro Nacional de Mortes Violentas - cadastro com informações de vítimas, agressores e características dos incidentes de homicídio doloso de todo país; 6) Controle da Ação Policial - pesquisa de avaliação dos resultados das ações desenvolvidas pelas ouvidorias e corregedorias de polícia.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o ano de 2005, foram implantados os módulos "Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia e Perfil das Organizações de Segurança Pública". Está em implantação o módulo "Controle da Ação Policial e Fluxo do Sistema de Justiça Criminal".

2.1.2 - SISTEMA NACIONAL DE MONITORAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO SUSP

O sistema tem como objetivo ajudar a SENASP a monitorar e avaliar a implantação do SUSP, tanto pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, quanto pela própria SENASP. Sua execução envolve a coleta anual de informações sobre 27 itens relacionados ao acompanhamento das ações que vêm sendo empreendidas em seis eixos estratégicos: gestão do conhecimento, reorganização institucional, formação e valorização profissional, prevenção, estruturação da perícia, controle externo e participação social.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foram concluídas as avaliações referentes à implantação do SUSP (2004). Os resultados alcançados - presentes no final deste relatório - são importantíssimos para planejar as ações da SENASP nos próximos anos e foram utilizados na determinação da distribuição dos recursos do FNSP (2006) para os estados.

2.1.3 - RELATÓRIOS E PESQUISAS EM SEGURANÇA PÚBLICA

A equipe da SENASP elaborou uma série de pesquisas e relatórios relacionados à área de segurança pública para subsidiar o planejamento de ações e políticas pelos governos federal, estadual e municipal e difundir conhecimento sobre segurança pública para a sociedade.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Entre as principais pesquisas e relatórios elaborados destacamos: 1) Custos da Violência e Criminalidade no Brasil; 2) Mapa da Criminalidade Violenta no Brasil - Estados e capitais; 3) Distribuição dos Homicídios nas RMs Brasileiras; 4) Pesquisa de Vitimização no Brasil; 5) Perfil Organizacional das DEAMS; 6) Perfil Organizacional das Guardas Municipais; 7) Perfil Organizacional dos Corpos de Bombeiros; 8) Perfil Organizacional das Instituições de Aviação em Segurança Pública; 9) Perfil Organizacional das Polícias Militares; 10) Perfil dos Institutos de Medicina Legal. Grande parte desse material encontra-se disponível na internet (www.mj.gov.br/senasp)

2.1.4 - CONCURSO NACIONAL DE PESQUISAS APLICADAS EM SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA CRIMINAL

O concurso selecionou 60 projetos de pesquisas aplicadas nas sete áreas fundamentadas nos eixos estratégicos do SUSP. Para cada uma das áreas foram identificados problemas práticos específicos que precisam ser solucionados para a correta implantação do SUSP. Os relatórios das pesquisas foram entregues em dezembro de 2005 e serão divulgados para a comunidade em 2006.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foram recebidos 59 relatórios de pesquisas que nos fornecerão conhecimento teórico aplicável necessário para reforçar o processo de implantação do SUSP.

2.2 - FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

2.2.1 - MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA ENSINO POLICIAL

Trata-se de um referencial nacional para a formação dos operadores de Segurança Pública calcado nos princípios de Direitos Humanos, cidadania, integração, interdisciplinariedade, continuidade e qualidade. A matriz visa padronizar as atividades formativas em Segurança Pública nas academias e centros de ensino policial de modo integrado e inter-institucional com foco na formação humanística e nas técnicas policiais em todos os Estados. A SENASP está auxiliando os Estados que estão em processo de adaptação e construção de suas matrizes curriculares à Matriz Curricular Nacional.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, 17 Unidades da Federação tinham suas Matrizes adequadas à MCN: AP, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MT, PA, PE, PR, RJ, RO, RR, RS, RN e TO.

2.2.2 - REDE DE ENSINO A DISTÂNCIA

A rede possibilitará a educação continuada, integrada e qualificada de forma gratuita aos profissionais de segurança pública de todo país - policiais civis, militares, bombeiros, guardas municipais, policiais federais e rodoviários federais - independente de sua localização geográfica. Para tanto, foram implantados 60 tele-centros - ambientes físicos dotados de tecnologia constituídos por tele-sala, web-sala e ambiente para a tutorial nos quais os profissionais de segurança pública terão acesso a cursos específicos para a área. Até o final de 2005, o projeto envolveu recursos no valor de R\$ 13.558.302,60 (treze milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, trezentos e dois reais e sessenta centavos). Os profissionais de segurança pública terão acesso à atualização e à capacitação em temáticas essenciais ao desenvolvimento de suas atividades.

Em dezembro de 2005, cerca de 2.600 alunos estavam realizando os seguintes cursos via-internet: Direitos Humanos; Tráfico de Seres Humanos; Preservação de Local de Crime e Violência; Criminalidade e Prevenção.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foram implantados 60 tele-centros em todo o país. Cerca de 3.800 alunos formam a primeira leva em atividades da Rede de Ensino à Distância.

2.2.3 - REDE NACIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA - RENAESP

A rede constitui o credenciamento, financiamento e acompanhamento de Instituições de Ensino Superior para realização de cursos de especialização de gestão em Segurança Pública voltados especificamente para o segmento intermediário das Organizações de Segurança Pública. A intenção é desenvolver entre os profissionais e suas organizações o conhecimento e a capacidade crítica necessários à gestão da Segurança Pública, articulados com os avanços científicos e o saber acumulado.

RESULTADOS ALCANÇADOS

No final de 2005, o curso elaborado pela Universidade Federal da Bahia e apoiado pela RENAESP, especializou 60 policiais. Foram recebidas 09 propostas de Instituições de Ensino Superior de todo país para a constituição da rede.

2.2.4 - JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PARA POLICIAIS

A Jornada de Direitos Humanos tem como objetivo construir uma nova polícia, consciente de seu papel de promotora de Direitos Humanos e promover a formação de uma cultura nacional de direitos e deveres humanos.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foram capacitados 1.850 profissionais em oito Estados (PE, SE, BA, RN, PB, AM, SP e PR) durante as Jornadas de Direitos Humanos.

2.2.5 - PARCERIA COM O COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA

Esta parceria consiste na promoção de capacitação dos policiais em Direitos Humanos em todo o país.

RESULTADOS ALCANÇADOS

No ano de 2005, foram percorridos os Estados do Piauí, Amapá, São Paulo, Acre, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão, Sergipe, Amazonas, Espírito Santo e Minas Gerais, formando mais de 630 policiais.

2.2.6 - INTEGRAÇÃO DAS ACADEMIAS DE POLÍCIA

O principal objetivo da ação é garantir a integração de todas as academias que formam profissionais de segurança pública no país. Já identificamos a realização de ações formativas integradas (realização de curso de atualização, aperfeiçoamento, etc) em várias Unidades da Federação. Estamos realizando uma pesquisa junto ao Ministério da Educação para analisar os impactos da integração na cultura organizacional dessas academias e seus possíveis desdobramentos. Em 2005, apoiamos a modernização de três academias localizadas nos Estados do Acre, Pará e Rio Grande do Sul.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, a SENASP reconheceu a integração de três academias: RR, PA e PE.

2.2.7 - PROJETO INTERAGIR

O projeto é uma contribuição ao processo de formação profissional oferecido pelas Academias, Escolas e Centros de Formação. Consiste no apoio pedagógico por meio de bibliografia voltada às diversas áreas da Segurança Pública.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foram distribuídos 18 mil exemplares contemplando 113 Instituições de Ensino, tais como Academias de Polícia, Centro de Formação, Escolas de Polícia, Escolas para Guarda Municipal e Ouvidorias.

2.2.8 - ESCOLA DE PROTAGONISMO POLICIAL - ESCOPPOL

A SENASP, em parceria com o Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública da América Latina e Caribe - TREINASP, da Ação Segurança Cidadã, criou uma Escola Itinerante de Altos Estudos em Segurança Pública. O propósito é mobilizar o protagonismo cidadão dos operadores de segurança pública, buscando a reflexão sobre as técnicas de atuação utilizadas em suas atividades, o incremento do caráter profissional das atuações policiais, o incentivo ao compartilhamento das responsabilidades, a integração das ações de todas as organizações relacionadas com a área de segurança pública e a ampliação da responsabilidade da polícia para além das questões estritamente criminais.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, a Escola Itinerante de Altos Estudos em Segurança Pública percorreu quatro Estados (RN, BA, SE, PB), capacitando 180 operadores.

2.2.9 - AÇÕES FORMATIVAS

Em 2005 a SENASP apoiou a capacitação de 48.314 operadores de segurança pública por meio da realização de convênios. Também realizamos, no ano de 2005, 36 ações formativas capacitando 6.075 profissionais de segurança pública.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foram apoiados a formação de 48.314 profissionais de segurança pública por meio dos convênios e realizados diretamente 36 ações formativas para 6.075 profissionais de segurança pública.

2.2.10 - MATRIZ CURRICULAR DAS GUARDAS MUNICIPAIS

A Matriz Curricular Nacional para a formação dos profissionais das Guardas Municipais tem o objetivo de nortear o treinamento e a capacitação dos profissionais que integram as Guardas Municipais de todo o país. Embora existam Guardas Municipais há mais de 100 anos, esta foi a primeira iniciativa no sentido de dar unidade e competência técnica a esses profissionais. A Matriz Curricular das Guardas está voltada para a prevenção da violência e da criminalidade.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2005, foi lançada a Matriz Curricular Nacional para a formação dos profissionais das Guardas Municipais. Está ocorrendo uma experiência piloto de implantação da matriz em 20 municípios da Região de Indaiatuba-SP.

2.2.11 - PORTAL DE SEGURANÇA CIDADÃ

O portal foi desenvolvido pela Ação Segurança Cidadã visando à socialização de conhecimento, educação e valorização dos operadores de segurança pública, formando um 'condomínio' nacional de reflexão sobre o tema.

RESULTADOS ALCANÇADOS

No final de 2005, encontravam-se disponíveis no Portal de Segurança Pública: Banco Nacional de Monografias, uma coletânea de obras de arte produzidas por policiais de todo o Brasil, Fórum Permanente de Discussão sobre Segurança Pública, Biblioteca Virtual e Banco Democrático de Experiências em Segurança Pública. (www.seguranca.cidada.org.br).

2.3 - REORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS

2.3.1 - PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E MODERNIZAÇÃO DOS CORPOS DE BOMBEIROS

A Força Nacional de Segurança Pública inclui algumas ações para a estruturação e a modernização dos Corpos de Bombeiros no país. Nesse sentido, elaborou-se um planejamento estratégico do emprego de bombeiros com ações definidas para curto, médio e longo prazos e do qual resulta os seguintes resultados imediatos: Padronização de Procedimentos, Padronização de Veículos e Equipamentos, Racionalização de Investimentos do FNSP, Registro de Preço de Equipamentos e Viaturas (durante um ano o preço é mantido), elaboração de uma Legislação Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico e Mobilização aos moldes da Força Nacional. Assim, efetivamente, os Bombeiros passam a fazer parte do SUSP e com estas ações melhoram sua gestão e inicia-se o reaparelhamento desse

segmento cujo impacto na vida das pessoas está relacionado à maior capacidade de atuar incidentes diários da vida nacional bem como enfrentar com maior eficiência as catástrofes cada vez mais freqüentes advindas de fenômenos naturais.

Foram adquiridas 68 viaturas, 245 equipamentos de proteção respiratória, 3.355 equipamentos de proteção individual, 1.114 equipamentos de mergulho, 126 equipamentos de proteção para produtos perigosos e 101 equipamentos hidráulicos de desencarceração.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2005, foi elaborado um plano estratégico do emprego de bombeiros; realizado o Registro de Preço de Equipamentos e Viaturas; definida uma Legislação Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico e uma mobilização dos Corpos de Bombeiros aos moldes da Força Nacional de Segurança Pública.

2.3.2 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL

A SENASP formou um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar um plano de modernização das Polícias Cíveis no Brasil. O grupo, composto por policiais civis estaduais, propôs o reordenamento de métodos procedimentais e redefinição de doutrinas para estabelecer um alinhamento nacional. A proposta foi discutida com os policiais brasileiros em oito reuniões regionais ocorridas nas cidades de Manaus, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Natal e Brasília. Participaram mais de 500 policiais, a maior parte deles representantes de entidades de classes. O resultado é uma motivação nunca antes obtida junto às polícias civis, implicando numa mobilização para resgatar os profissionais da segurança pública. A polícia deve passar a se conduzir sob uma ótica de polícia cidadã, adotando uma postura pró-ativa, indo ao encontro dos cidadãos.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2005, criamos a Plenária de Modernização das Polícias Cíveis com duas câmaras: Câmara de Organização Estrutural da Polícia Civil e Câmara de Lei Orgânica da Polícia Civil.

2.4 - PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

2.4.1 - OBSERVATÓRIO DEMOCRÁTICO DE PRÁTICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

O Governo Federal propôs uma nova Política Nacional de Segurança Pública cuja agenda evidencia a prevenção da violência e da criminalidade. Desde então, o tema passou a ser trabalhado de forma sistemática. Isso levou à necessidade de apurar, sistematizar e disseminar as experiências de programas de prevenção já implementadas no país. São coletadas e divulgadas informações fundamentais para a implantação, execução e avaliação das práticas que podem ajudar os gestores comporem uma rede que qualifique as ações de prevenção em todo o país.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, já se encontram disponíveis no site do observatório mais de 200 práticas de prevenção à violência e criminalidade. (www.mj.gov.br/senasp)

2.4.2 - PROJETO DE IDENTIFICAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

A SENASP e as organizações estaduais de segurança pública, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, realizaram ações de identificação das mulheres trabalhadoras rurais. O principal objetivo da ação é levantar o perfil desse grupo social para nos permitir desenvolver ações preventivas da violência e criminalidade orientadas para tal público.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2005, foram emitidas 20.643 carteiras de identidades.

2.4.3 - TRÁFICO DE SERES HUMANOS

O principal objetivo da ação é sensibilizar os profissionais de segurança pública e dotá-los de conhecimento técnico necessário para a prevenção, investigação e desarticulação de organizações criminosas, identificando, acolhendo e encaminhando as potenciais vítimas de exploração sexual e tráfico de seres humanos para serviços assistenciais. Tal conhecimento também ajuda na produção de prova consistente para fundamentação de processos judiciais. O projeto contribuirá para a elaboração e implantação de um Plano Nacional para o Enfrentamento do Tráfico de Seres Humanos.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2005, foram realizadas quatro oficinas regionais para atualização sobre o Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual nas capitais do PA, SP, PB e DF. Foram capacitados 400 operadores de segurança pública, compondo uma rede de proteção, articulação e responsabilização no Tráfico de Pessoas. Participamos também da elaboração do Manual sobre o Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual voltado aos profissionais de segurança pública.

2.4.4 - PLANO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

A SENASP está investindo recursos financeiros e tecnológicos nos Estados e municípios, para a implementação de ações voltadas para a prevenção da violência e da criminalidade. Estão sendo desenvolvidos planos de trabalho que devem conter ações orientadas pelos seguintes eixos estratégicos: Valorização e Formação Profissional; Gestão do Conhecimento; Reorganização Institucional; Estruturação da Perícia; Controle Externo e Participação Social; Gerenciamento de Crises e Conflitos; Redução da Violência Doméstica e de Gênero e Acesso Igualitário aos Serviços de Segurança Pública e Repressão Qualificada. Essa ação é executada por meio da celebração de convênios com os Municípios que seguem as diretrizes apontadas pelo Plano Integrado de Segurança Pública.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2005, a SENASP beneficiou 68 municípios (50 convênios celebrados) apoiando ações concebidas em consonância com o Plano Integrado de Segurança Pública.

2.4.5 - POLÍTICA NACIONAL DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

O trabalho começou em 2005 com a realização do I Congresso Latino Americano de Segurança Cidadã. Profissionais e estudiosos debateram com um público superior a 500 pessoas sobre o tema de Polícia Comunitária na América Latina. Estavam presentes representações de mais de 10 países da América Latina (Costa Rica, Nicarágua, Guatemala, Honduras, México, Peru, República Dominicana, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Colômbia) que expuseram suas experiências na implantação de uma polícia cidadã. A partir desse evento, iniciou-se o levantamento de experiências nacionais para subsidiar a elaboração da Matriz Nacional dos Programas de Polícia Comunitária, alinhada com as matrizes curriculares nacionais para formação dos profissionais estaduais de segurança pública e também dos profissionais das Guardas Municipais. Outra ação estratégica foi a realização do Concurso de Polícia Comunitária, em 2005, cujos objetivos foram o reconhecimento do êxito de programas de polícia comunitária implementados em qualquer Unidade da Federação do país e a divulgação das experiências bem sucedidas.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, encontrava-se em etapa final de elaboração a Matriz Nacional dos Programas de Polícia Comunitária. Foi realizado também um Concurso de Polícia Comunitária no Brasil e dos 27 programas cadastrados, três foram premiados.

2.4.6 - GUIA DA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

Em 2005, a SENASP elaborou o Guia da Prevenção à Violência e Criminalidade. O objetivo foi fortalecer a implantação do SUSP e reconhecer a vocação natural dos municípios para a implementação de políticas públicas básicas, especialmente relacionadas às questões de segurança urbana. O guia visa auxiliar os municípios na gestão de ações para aumentar os fatores de proteção e reduzir os fatores de risco que afetam a incidência da criminalidade e violência e a sensação de segurança da população.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foi divulgado o primeiro Guia da Prevenção à Violência e Criminalidade para auxiliar os municípios em suas ações.

2.4.7 - CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

A SENASP apóia consórcios intermunicipais de prevenção e atua diretamente na elaboração dos projetos de ação com os executivos municipais.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2005, a SENASP capacitou 150 Gestores Municipais de Prevenção à Violência na Região do Entorno do Distrito Federal.

2.5 - ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PERÍCIA

2.5.1 - IMPLANTAÇÃO DE LABORATÓRIOS REGIONAIS DE DNA

A ação tem como objetivo apoiar diretamente as polícias em sua atividade de persecução penal centrada na atuação dos laboratórios de DNA. A SENASP está criando um sistema de investimento em laboratórios regionais no qual um laboratório de referência por região atuará como centro de formação e apoio aos Estados nas respectivas áreas de atendimento. Os representantes dos laboratórios de referência estão concluindo estudos sobre um banco nacional integrado de dados de DNA.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2005, foram investidos R\$ 1.500.000,00 em laboratórios de 10 Estados: AM, BA, DF, INC/DPF, SC, MG, RJ, RS, SP e PB.

2.5.2 - MICROSCOPIA ELETRÔNICA DE VARREDURA (MEV) APLICADA À BALÍSTICA FORENSE

O principal objetivo desta ação é apoiar diretamente as polícias em sua atividade de persecução penal centrada nas análises de balística forense. Como produto principal dessa ação, desenvolvemos manuais de aplicação tecnológica para utilização pelas organizações periciais oficiais e de aplicação do Microscópio Eletrônico de Varredura na detecção de resíduos de tiro. Com isso, já existe a decisão por parte do INC/DPF e do DPT/ SSP/BA de adquirir microscópios eletrônicos de varredura, resgatando décadas de atraso tecnológico na área de identificação de resíduos de tiro e outras aplicações.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2005, a rede de laboratórios de microscopia recebeu o auxílio de R\$ 500.000,00 do Ministério da Ciência e Tecnologia para a continuidade dos trabalhos. Foi realizado ainda um seminário nacional de microscopia eletrônica com a capacitação de 13 peritos criminais de oito Unidades da Federação.

2.5.3 - CAPACITAÇÃO EM GENÉTICA FORENSE

Essa ação tem como objetivo apoiar diretamente as polícias na atividade de persecução penal, centrada nas análises de DNA por meio de cursos de especialização e cursos práticos de DNA.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Foram treinados 33 peritos criminais em Curso de Especialização em Genética Forense nas universidades federais de Alagoas e do Pará. Foram treinados ainda 24 peritos criminais em Curso Prático Avançado de DNA.

2.5.4 - CAPACITAÇÃO EM TOXICOLOGIA FORENSE

O principal objetivo é apoiar diretamente as polícias em sua atividade de persecução penal centrada nas análises de toxicologia forense.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2005 foram treinados 27 peritos dos Estados em Curso Básico de Toxicologia em Amostras Biológicas. O curso foi realizado no laboratório do Instituto Geral Perícias do Rio Grande do Sul. Quatro peritos (Dois de RR e dois do AM) também foram treinados em cursos práticos de exames de drogas de abuso no laboratório do INC / DPF e mais 14 peritos criminais em Curso de Toxicologia Forense utilizando a técnica de cromatografia líquida acoplada à espectrometria de massa.

2.5.5 - ASSESSORIA TÉCNICA AOS ESTADOS PARA ESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DE PERÍCIA

A ação tem como principal objetivo apoiar diretamente os Estados em suas atividades de estruturação da perícia.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2005, cinco Estados (ES, CE, RN, AM e RR) tiveram assessoria para o desenvolvimento de projetos, especificações de equipamentos e acompanhamento da implantação de ações nas áreas de DNA e Toxicologia.

2.6 - CONTROLE EXTERNO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

2.6.1 - INCENTIVO A IMPLANTAÇÃO E CRIAÇÃO DE OUVIDORIAS DE POLÍCIA

A SENASP incentiva a realização de encontros do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, propondo debates para o seu fortalecimento como órgãos autônomos e independentes destinados ao controle externo da atividade policial. Além disso, a SENASP apóia diretamente projetos para a criação de novas ouvidorias, bem como o fortalecimento das já existentes. Os recursos são do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Por meio de parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos estamos contribuindo para construção de um Sistema Nacional de Registro de Informações das Ouvidorias. A intenção é realizar ações de fortalecimento e divulgação das Ouvidorias de Polícia e realização de ações de formação dos ouvidores e dos servidores lotados no órgão.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, 14 Ouvidorias de Polícia estavam implantadas em 14 Unidades da Federação.

2.6.2 - PUBLICAÇÃO DO LIVRO ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR SEGUNDO A FILOSOFIA DOS DIREITOS HUMANOS

Com o objetivo de promover a participação social em segurança pública no Brasil e melhorar a relação entre a polícia e a comunidade, bem como o comportamento policial em relação aos grupos vulneráveis e minorias, a SENASP, em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais, publicou 1.000 exemplares do livro Atuação da Polícia Militar Segundo a Filosofia dos Direitos Humanos. O material foi elaborado pela PMMG. Devido à sua qualidade, decidiu-se por difundir as proposições estabelecidas para todo o Brasil.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foram publicados 1.000 exemplares do livro Atuação da Polícia Militar Segundo a Filosofia dos Direitos Humanos.

2.7 - AÇÕES PARA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA

2.7.1 - PROJETO FRONTEIRAS SINIVEN

Realizada pelo INFOSEG, essa ação visa monitorar on-line o trânsito de veículos em sete pontos de fronteira do país. Nossa meta é ampliar constantemente o número de pontos vigiados.

RESULTADOS ALCANÇADOS

O Projeto Fronteiras encontra-se implantado e funcionando nos seguintes pontos: Rosário do Sul (RS), Foz do Iguaçu e Barra Guará (PR), Mundo Novo (MT e MS), Eptaciolândia (AC) e Vilhena (RO).

2.7.2 - SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS

A capacitação doutrinária permite a padronização e a difusão de cultura moderna e eficaz entre as polícias estaduais, dotando-as das técnicas mais modernas de atuação profissional. O principal objetivo dessa ação foi formar, em todos os Estados, equipes de policiais estaduais e federais capacitados para desenvolver atividade específica de segurança de autoridades.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foram formados 106 policiais civis, militares e federais, representantes de todos os Estados no curso de Segurança de Dignitários.

2.7.3 - GERENCIAMENTO DE CRISE E CONTROLE DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

A iniciativa permite uma intervenção qualificada em situações nas quais as ações criminosas se transformam em crises instantâneas e exigem trato qualificado.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, 66 policiais civis, militares e federais das diversas UF foram treinados no curso de Gerenciamento de Crises e Controle de Operações Especiais.

2.7.4 - GUIAS DE CÃES FAREJADORES DE DROGAS, EXPLOSIVOS E CADÁVERES

Cães farejadores constituem uma ferramenta de ação eficaz em casos de crises, desastres e combate à criminalidade organizada.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Formação de 75 policiais militares e civis de várias Unidades da Federação e policiais rodoviários federais em cursos sobre a utilização de cães farejadores de drogas e explosivos. Os cursos foram realizados nas cidades de Florianópolis e Rio de Janeiro.

2.7.5 - FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Composta por polícias militares e bombeiros dos Estados e do Distrito Federal, a Força Nacional de Segurança Pública constitui um instrumento para fixação de uma doutrina nacional para as polícias militares estaduais; para padronização de procedimentos e equipamentos no emprego da força legal (policimento ostensivo, ação tática, controle de distúrbios civis) e para estabelecer interoperabilidade entre as forças policiais estaduais, permitindo ações conjuntas em substituição ao indevido emprego das forças armadas em policiamento civil. Essa ação impacta diretamente no procedimento dos policiais no dia a dia nas ruas das cidades brasileiras. Resultam em policiais mais capacitados tecnicamente para a condução das ocorrências diárias que envolvem violência e criminalidade. Empregam a força de forma mais adequada e qualificada. Se conduzem respeitando direitos humanos de forma mais ampla associado ao emprego de força na repressão e prevenção aos crimes do dia a dia que afligem a vida do cidadão. Ao mesmo tempo, os policiais que passaram pelo programa da Força Nacional tornam-se multiplicadores dentre seus pares que ainda não passaram pelo programa da Força Nacional.

Foram adquiridos equipamentos de proteção balística, fardamentos e acessórios, equipamentos pré-hospitalar, materiais de campanha (mochila, saco e marmita com talheres), equipamentos táticos e armamento não letal, equipamentos anti-tumulto, munição, máscara contra gases e roupas de Controle de Distúrbios Civis.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foram formados 4.989 policiais como membros da Força Nacional de Segurança Pública. A FNSP já atuou no Espírito Santo e fez treinamentos no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraíba.

2.7.6 - MODERNIZAÇÃO DAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DE ATENDIMENTO AS MULHERES - DEAMS

A partir de um diagnóstico realizado sobre as condições de funcionamento, recursos materiais, recursos humanos e resultados alcançados pelas DEAMs, foi iniciado em 2004 um processo de modernização dessas delegacias. O processo inclui o reaparelhamento e a capacitação dos operadores de Segurança Pública lotados nas DEAMs.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foram reaparelhadas 50 DEAMs. Capacitamos 240 policiais dos Estados do RJ, TO, MG e ES para qualificar o atendimento e aprofundar a compreensão sobre o fenômeno da violência contra a mulher.

2.7.7 - AQUISIÇÃO DIRETA DE VIATURAS PARA AS POLÍCIAS

Visando racionalizar o gasto dos recursos do FNSP e atender os Estados conforme suas necessidades, a SENASP optou por comprar as viaturas por meio de aquisição direta durante o ano de 2005. A distribuição de viaturas para as Unidades da Federação é feita por meio do mesmo índice responsável pela distribuição dos recursos financeiros destinados para os convênios.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até 2005, a SENASP repassou para os Estados 1.373 viaturas.

2.7.8 - COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS E TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS - CONPORTOS

A CONPORTOS foi criada pelo Decreto nº. 1.507/95, alterado pelo Decreto nº. 1.972/96, com o propósito de elaborar e implementar um Sistema de Prevenção e Repressão a Atos Ilícitos nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis. A comissão é composta pelo Ministério da Justiça, Ministério da Defesa (Marinha do Brasil), Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores e Ministério dos Transportes. O Secretário Nacional de Segurança Pública preside a comissão. Os serviços de apoio à comissão são prestados pelo gabinete da SENASP. As Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CESPOTOS também integram a estrutura da CONPORTOS. As comissões estaduais incluem o Departamento de Polícia Federal, a Capitania dos Portos, a Secretaria da Receita Federal, a Administração Portuária e o Governo do Estado (Polícias Civil e Militar). Atualmente, as CESPOTOS estão constituídas e instaladas em 21 Estados.

A CONPORTOS normatizou, por meio de resoluções, os dispositivos que passaram a orientar as ações de segurança portuária e definiu a metodologia para a elaboração e aprovação das avaliações de riscos e dos planos de segurança a serem implementados nos portos públicos e privados. Por meio de resolução, a CONPORTOS também avocou a formação dos Supervisores de Segurança Portuária. Os supervisores, preconizados no Código ISPS, têm a responsabilidade de interagir com os agentes públicos nos portos visando os ajustes de proteção entre navio/porto, sobre os planos de segurança das respectivas instalações portuárias onde atuam e, principalmente, na multiplicação de conhecimentos e da nova concepção cultural sobre segurança pública portuária.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Dos 200 planos de Segurança Pública Portuária elaborados, 135 estão implementados. A SENASP formou 566 profissionais como Supervisores de Segurança Portuária em seis edições do Curso Especial de Formação de Supervisores de Segurança Portuária.

2.7.9 - REDE INFOSEG - REDE DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA E FISCALIZAÇÃO

A rede Infoseg foi considerada uma ação altamente estruturante na vida nacional sob o aspecto de integração dos sistemas dos órgãos que compõem as polícias, a justiça e os órgãos de fiscalização, integrando os bancos de dados e permitindo pela primeira vez na história brasileira um efetivo compartilhamento das informações entre os Estados e os órgãos federais. No ano de 2004, a rede recebeu 4 milhões de consultas. Até o final de 2005 a rede teve 7,5 milhões de acessos e já conta com mais de 35 mil usuários cadastrados. Uma rede segura e veloz que utiliza as mais modernas ferramentas tecnológicas e que adota o princípio de interoperabilidade do governo eletrônico (e-Ping), facilitando a integração dos bancos de dados estaduais e federais de forma on-line, como os bancos de dados das polícias civis, militares, federais, além das informações da Receita Federal (CPF e CNPJ) etc. A Rede já disponibiliza informações sobre narcotráfico, inquéritos policiais, processos judiciais e mandados de prisão, além dos dados cadastrais e imagens do RENAVAL e RENACH, como dados de veículos, proprietários, condutores, multas e os dados de armas do SINARM (DPF) e do SIGMA (Exército).

Os órgãos usuários da rede são responsáveis por alimentar as informações no índice nacional da Rede INFOSEG e disponibilizar sua bases de dados para as consultas das informações detalhadas, como é o caso das polícias federais, civis e militares estaduais. Esses órgãos responsáveis pelas informações definiram e adotaram junto a SENASP os meta-dados com as informações que são atualizadas no Índice Nacional, assim como as informações mais detalhadas que são disponibilizadas nas bases de dados de segurança pública, justiça e fiscalização localizadas nos estados e órgãos federais. Com uma moderna plataforma baseada em Web Services, em função da natureza dos dados trafegados na rede, toda a infra-estrutura de segurança em nível de rede e de aplicação são implementadas com as mais modernas e seguras tecnologias. Na camada de aplicação todos os pacotes trafegados na rede são encriptados utilizando-se de criptografia forte e assinatura digital, garantindo a sua originalidade.

A Rede INFOSEG foi implementada seguindo os padrões do Instituto de Interoperabilidade em Web Services (WS-I) e da arquitetura e-Ping, garantindo assim a sua independência de plataforma e facilidade de integração com outras tecnologias.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, 26 Unidades da Federação alimentavam o INFOSEG de forma on line.

2.7.10 - GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA - GGI

O GGI é responsável pela coordenação do SUSP nos Estados e pelo fomento da cultura de integração com foco no controle da violência e da criminalidade. Destacam-se como Estados onde as ações integradas ocorrem de forma mais ampla: CE, DF, PB, MT, SE, RO, RR, TO, AM e PE. O GGI é um fórum que opera por meio do consenso. É composto pelo Secretário de Segurança Pública, Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Perícia, Ministério Público Estadual e Federal e representante do executivo municipal. O principal objetivo dessa ação é integrar os órgãos que atuam em segurança pública em todas as Unidades da Federação. Em novembro de 2005, foi realizado em Recife o I Fórum Nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada com o objetivo de demonstrar práticas bem sucedidas de Gestão Integrada do Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal, por meio dos GGIs.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foram implantados Gabinetes de Gestão Integrada em todas as Unidades da Federação. O I Fórum Nacional dos GGIs, com a participação de 400 profissionais de segurança pública, também marcou a ação no ano de 2005.

2.7.11 - SISTEMA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA

Trata-se de uma rede que interliga as esferas de segurança pública federal e estaduais para a coleta e análise de dados de inteligência, visando o combate à criminalidade organizada e às quadrilhas com atuação em mais de um Estado. O principal objetivo dessa ação é articular as ações de inteligência entre os Núcleos estaduais de inteligência dos Estados.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, o Sistema Nacional de Inteligência já atuava plenamente. Cento e quatro policiais haviam sido capacitados para a atuação no sistema em suas organizações de origem.

2.7.12 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA AEROPOLICIAL

A SENASP instituiu o Grupo de Trabalho Especial que elaborou propostas e projetos específicos para a implantação do modelo legal de doutrina e formação de tripulantes, segurança de voo, adequação das aeronaves, estratégia operacional e demais ações pertinentes à aviação de segurança pública e defesa civil no território nacional. Realizamos o Curso de Gestão de Unidade Aeropolicial com o objetivo de capacitar os Operadores da Aviação de Segurança Pública e Defesa Civil. O principal objetivo dessa ação foi consolidar um programa de gestão para a segurança de voo em unidades aéreas. O programa incluiu a padronização das rotinas de operações nas missões que envolvem as ações operacionais das unidades aéreas; a criação de rotinas administrativas envolvendo a gestão de recursos humanos e o gerenciamento dos recursos de manutenção e logística de uma unidade aérea de segurança pública e defesa civil.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, definiu-se o modelo legal de doutrina, formação de tripulantes, segurança de voo, adequação das aeronaves e estratégia operacional para a área de aviação de segurança pública e defesa civil no Brasil. Formaram-se 30 operadores da área.

2.7.13 - CAPACITAÇÃO EM GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

A criação dos cursos de Gestão em Segurança Pública decorreu da necessidade de capacitar os profissionais em relação aos princípios de gestão e também sensibilizar esses profissionais quanto à importância dos processos de coleta, registro, sistematização e disseminação de informação. A sensibilização é fundamental para garantir o sucesso do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, pois trará a legitimidade necessária ao sistema e garantirá que as informações sejam produzidas com o rigor metodológico necessário. O Curso de Gestão em Segurança Pública foi planejado com quatro módulos: 1) Gestão de Processos em Segurança Pública; 2) Gestão da Informação em Segurança Pública; 3) Gestão em Segurança Pública Utilizando Geoprocessamento; 4) Experiências Exitosas de Gestão em Segurança Pública no Brasil. Na primeira versão do curso, participaram pelo menos três representantes de cada Unidade da Federação. Eram gestores de cada uma das organizações estaduais de segurança pública - Secretaria Estadual, Polícia Civil e Polícia Militar. As Polícias Federal, Rodoviária Federal e ABIN também enviaram representantes. Os módulos 1, 2 e 4 já foram executados.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foram capacitados 110 profissionais em Gestão de Processos em Segurança Pública, Gestão da Informação em Segurança Pública e Experiências Exitosas de Gestão em Segurança Pública no Brasil.

2.8 - MECANISMOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Com o objetivo de criar um sistema de distribuição de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública baseado na necessidade de recursos por parte das Unidades da Federação, a partir de 2003 passou a distribuir os recursos com base em informações estatísticas que determinam o percentual dos recursos do FNSP para cada UF.

Os recursos do FNSP / 2005 foram distribuídos com base em um índice composto por estatísticas dos Estados relativos ao número de ocorrências criminais, efetivo das polícias, população, área, Produto Interno Bruto e Índice de Desenvolvimento Humano.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Até o final de 2005, foi implantado um novo sistema de distribuição dos recursos do FNSP, pautado em estatísticas e nos resultados do monitoramento da avaliação de implantação do SUSP.

2.9 - PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS CONVÊNIOS

Até 2005 foram fiscalizados 53 convênios de 10 Unidades da Federação (Amazonas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Norte e Santa Catarina) relativos aos anos de 2001 e 2002. O processo de seleção dos convênios a serem avaliados obedeceu aos seguintes critérios: 1) Amostragem aleatória simples; 2) Acompanhamento conforme prioridade da "Macro Avaliação de Risco"; 3) Falhas/Irregularidades apontadas na Prestação de Contas Final; e 4) Amostragens exploratórias, feitas conforme denúncias formais de pessoa física ou jurídica. Nos 53 convênios foram verificadas falhas e irregularidades, acarretando restituição de recursos pelos Estados ao Tesouro Nacional.

Os principais resultados obtidos a partir da fiscalização foram: recolhimento aos cofres públicos dos valores utilizados indevidamente; mudança de comportamento dos gestores dos convênios; aplicação correta da legislação vigente; melhor controle e zelo aos bens provenientes da União; uniformização de procedimentos; mudança nos procedimentos administrativos internos da SENASP e divulgação da parceria com o Governo Federal. Uma das principais ações resultantes desse processo foi a elaboração e publicação do Manual de Procedimentos para Celebração, Execução e Prestação de Contas de

Convênios, buscando aprimorar a gestão dos convênios por parte dos Estados, municípios e Distrito Federal.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2005, foi criada a Coordenação Geral de Fiscalização de Convênios dentro da estrutura da SENASP. As organizações de segurança pública de todo o Brasil receberam 1.000 exemplares do Manual.

2.10 - SISTEMA DE CADASTRO E MONITORAMENTO DOS CONVÊNIOS

Apesar de celebrar convênios com as Unidades da Federação desde o ano de 2000, apenas a atual gestão da SENASP teve a preocupação de criar um sistema informatizado para registro das informações relativas à execução dos convênios: controle das reformulações e aditamentos, planejamento de ações, metas dos convênios, descrição dos produtos e serviços adquiridos e valores financeiros envolvidos na execução do convênio.

A ação é fundamental, pois constitui um mecanismo para a SENASP aprimorar seu processo de monitoramento e fiscalização dos convênios, não apenas em relação aos aspectos legais normativos da execução, mas também dos resultados obtidos na situação da segurança pública no país.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2005, foi implantado o Sistema de Avaliação e Monitoramento dos Convênios que está em funcionamento na SENASP.

3. CONCLUSÃO - CONSTRUINDO UM FUTURO MELHOR

A constatação de que as taxas anuais de homicídio no Brasil alcançaram um padrão de estabilidade nos últimos anos, após décadas de crescimento contínuo, é um indicador importante da eficácia das ações da SENASP. No entanto, sob pena de simplificação, não poderíamos creditar a apenas uma instituição a responsabilidade por essa queda. Está reconhecido como princípio do Sistema Único de Segurança Pública que o investimento consistente e capaz de mudar a situação da segurança pública tem de envolver, necessariamente, as instituições de segurança pública da União, dos Estados e dos municípios, além de organizações de diferentes áreas que ultrapassam a segurança pública. Assim, assistimos atualmente no Brasil a uma ampliação dos atores responsáveis por desenvolver ações que tenham impacto sobre a segurança pública, tais como as áreas de saúde, educação, trabalho, etc. No entanto, devemos atribuir à SENASP a responsabilidade por ter enfatizado e divulgado nos últimos anos a importância do processo de ampliação da responsabilização como princípio estrutural do SUSP.

Desde a criação da República, a história do sistema policial brasileiro vem sendo marcada pela oscilação entre autonomia estadual e controle federal das polícias. Durante os períodos autoritários, as polícias estaduais foram submetidas ao controle federal. Em tais circunstâncias não se pode falar em cooperação, mas em submissão das polícias estaduais às diretrizes dos governos federais. Nos períodos republicanos, os Estados gozaram de grande autonomia para organizar e controlar suas polícias. Porém, foram raros os casos de cooperação intra-governamental na área de segurança pública. Pode-se concluir que, tanto nos períodos de autonomia estadual, quanto nos períodos de controle federal, não ocorreram iniciativas concretas de implantação de uma política nacional de segurança pública.

A partir de 2003, o Governo Federal inaugura uma nova fase na história da segurança pública brasileira. Nesse período, a SENASP se consolidou ao assumir um papel central como idealizador, planejador e executor da política de implantação do SUSP. Mais do que um simples órgão de repasse de recursos, a SENASP se institucionalizou como agente central promotor da reforma das polícias no Brasil, dando direção a esse processo. Fundamentada nos princípios da gestão federalista, respeitando as diferenças existentes e promovendo a integração entre as Unidades da Federação, a SENASP elaborou uma série de ações estruturantes do SUSP.

Atuando em um contexto de consolidação do sistema democrático brasileiro, a SENASP não possui apenas a função de executar ações direcionadas para melhoria da situação de segurança pública no Brasil. É responsável também por promover a estabilidade democrática em seu campo de atuação. Nesse contexto, a SENASP pode ser vista como um órgão que executa a articulação e a mediação das relações estabelecidas entre diferentes grupos sociais que incorporam especificidades quanto à identificação de problemas e soluções sobre a área de segurança pública no país. Por essa razão, a Secretaria optou por uma gestão pautada na ação técnica e operacional distanciando dos interesses políticos imediatistas e se dedicando ao desenvolvimento de ações estruturantes da reforma das polícias no Brasil.

A SENASP iniciou um novo estilo de ação organizado de acordo com os processos básicos de um sistema de gestão: diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento. Até então, não houve tanto investimento na realização de pesquisas visando dar mais consistência ao planejamento e à execução de suas ações, assim como não havia tanta divulgação das estatísticas sobre a situação da segurança pública brasileira. Nunca se desenvolveram tantas formas de avaliação e monitoramento de suas ações e nem se aprofundou tanto na capacitação de seus profissionais nos temas relacionados à gestão de processos e resultados.

Assim, destacam-se: a criação de um novo sistema de distribuição de recursos do FNSP pautado em indicadores estatísticos da necessidade concreta dos Estados e municípios; a modernização dos índices de avaliação de desempenho da SENASP baseados na mensuração da implantação do SUSP - e não na ingênua e política avaliação da queda das taxas de ocorrências registradas pelas polícias - e também uma mudança de foco das ações desenvolvidas pela SENASP para os municípios de porte médio, que se evidenciam atualmente como os mais violentos do país.

A preocupação com a execução operacional das ações não representou, no entanto, um abandono do papel político da SENASP. A perspectiva da integração como um dos pilares da consolidação do SUSP fez com que a mesma se empenhasse duramente para a articulação de todos os órgãos de segurança pública do Brasil em diversas frentes de trabalho.

Destacam-se, nesse contexto, a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada nas 27 Unidades da Federação, a implantação da Força Nacional de Segurança Pública e a criação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal. Também merecem destaque: a estruturação do Sistema Nacional de Inteligência, a implantação nacional da Matriz Curricular de Ensino Policial, a criação da Rede Nacional de Ensino à Distância em Segurança Pública, a padronização das ações e procedimentos dos Corpos de Bombeiros de todo o país, a elaboração da política nacional de Modernização das Polícias Civis, a criação do Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e a política de incentivo da criação dos Consórcios Metropolitanos de Prevenção à Violência e Criminalidade. Mais do que a integração e a articulação, essas ações iniciaram um processo de padronização de técnicas e procedimentos jamais visto no país e que constitui o alicerce para se efetuar uma interação consistente de diferentes organizações de segurança pública.

A partir da criação de uma coordenação que fiscaliza a execução dos convênios, bem como do desenvolvimento de uma cultura organizacional que prioriza o seu monitoramento, a SENASP verificou que, em muitas situações, existia uma dificuldade enorme para os Estados efetuarem a execução dos convênios. O resultado disso é que muitos deles eram encerrados sem a execução completa das atividades com a conseqüente devolução dos recursos solicitados. Isso nos fez refletir que, em alguns casos, mais importante do que a quantidade de recursos repassados era o acompanhamento e assessoria na execução dos convênios. Por isso, a SENASP iniciou também nesse particular uma nova etapa em sua atuação, dedicando-se às atividades de assessoria aos Estados e Municípios na elaboração dos projetos para convênio e na execução das ações previstas.

Promover uma reforma das polícias não é uma ação tão simples de ser executada, pois não envolve apenas ações de modernização tecnológica, treinamento de policiais e reaparelhamento das organizações de segurança pública. Essa reforma pressupõe a realização de uma mudança na cultura das Polícias em todo o Brasil. Esse processo é lento e complexo. Envolve uma mudança de paradigma na área de segurança pública. Porém, mesmo nesse sentido, já temos sinais que nos permitem identificar que a mudança vem ocorrendo. Hoje, muitas organizações de segurança pública no país já elaboram suas ações

tendo como pano de fundo a análise dos resultados alcançados. Um dos temas de maior frequência de curso de capacitação dos policiais no Brasil é o dos Direitos Humanos. Dessa forma, identificamos que as forças policiais começam a entender que a segurança pública não é apenas 'assunto de polícia'. Pela primeira vez, tivemos uma apreciação das Nações Unidas quanto ao processo de formação de Direitos Humanos empreendido na área de segurança pública no Brasil.

Graças às condições de trabalho oferecidas pelo Governo Federal, a SENASP conseguiu realizar 50 ações durante três anos. Uma análise cuidadosa dessas ações - a partir de uma visão que privilegia uma política nacional de segurança pública voltada para a construção da paz, para a transformação dos policiais em educadores da cidadania e promotores de Direitos Humanos e para a estruturação dos trabalhos executados segundo pressupostos científicos de ação - nos leva a concluir que o Governo contribui consistentemente para a construção de uma nova fase na história da segurança pública. Tudo isso permitirá ao povo brasileiro acreditar em um futuro melhor para o país.

Hoje, nossos policiais trabalham em um ambiente no qual a informação está presente de forma mais imediata e qualificada, garantindo, por exemplo, que pessoas com ficha criminal em qualquer lugar do país sejam mais facilmente detidas pelas polícias ou que os veículos sejam monitorados de forma contínua ao passarem pelas nossas fronteiras. Os gestores das diversas organizações de segurança pública realizam atualmente suas atividades de forma mais integrada, utilizando as técnicas de gestão de políticas públicas, produzindo diagnósticos, planejamentos e monitoramento dos resultados alcançados.

As organizações de segurança pública nunca receberam tanto subsídio proveniente da comunidade acadêmica, especificando com detalhes quais são os meios e metas que devem ser promovidos para melhorar a segurança pública no país. Nossos policiais estão mais capacitados para atuar de acordo as modernas técnicas da atuação profissional, respeitando os princípios dos Direitos Humanos e com uma consciência crítica que lhes ensina a valorizar e respeitar a vida.

O respeito às minorias e grupos vulneráveis e a promoção de uma polícia aberta para a comunidade é uma das marcas desse processo de reforma das polícias promovido pelo Governo Federal. Nunca se observou uma valorização tão grande das atividades de prevenção entre as organizações de segurança pública no Brasil e, ao mesmo tempo, uma mudança no sentido de perceber que as ações de prevenção pressupõem uma ampliação da responsabilização sobre essa área, incluindo outros órgãos públicos - saúde, educação, trabalho, etc. Por fim, cabe destacar a importância das mudanças trazidas pela modernização constante dos equipamentos de trabalho das organizações de segurança pública, não apenas das viaturas e armas, mas de equipamentos de informática, de comunicação e de perícia, permitindo alcançar resultados melhores em atividades de policiamento ostensivo, investigativo e técnico.

Aproveitando os resultados alcançados nos últimos três anos de atividade e em função dos diagnósticos cada vez mais detalhados em relação à situação da segurança pública do Brasil, a SENASP centrará suas ações em 2006 na realização de duas atividades principais: a preparação da segurança para os Jogos Pan-americanos em 2007 - em função do reconhecimento da importância das ações da Força Nacional - e a implantação de um conjunto de ações centradas nos 100 municípios com pior situação da segurança pública no país. Essas duas ações deverão envolver praticamente todos os eixos estratégicos de ação da SENASP, direcionando-se, principalmente, para a execução de ações de prevenção, para a abertura da polícia para a comunidade, para a modernização dos recursos de trabalho das polícias e para a capacitação intensa dos policiais, centrada nas áreas de Direitos Humanos e gestão.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Devido ao contingenciamento do crédito houve a necessidade de reprogramação dos recursos destinados a Estados e Municípios, exigindo cortes proporcionais aos projetos apresentados.

Contudo, dos créditos disponibilizados foram empenhados na ordem de 87,01 da sua totalidade.

Execução das Metas

Em sua totalidade, as informações referentes à execução das metas físicas e financeiras estão disponibilizadas no Sistema SIGPLAN - www.sigplan.gov.br, Anexo III.

GESTÃO FINANCEIRA

Não houve dificuldade no fluxo financeiro.

CONVÊNIOS A PAGAR

Totalizando R\$ 4.712.140,76, sendo do exercício R\$ 3.428.683,40, relativas a parcelas de Convênios de obras e R\$ 1.283.457,36, Convênio de obras celebrado com o Estado do Amapá.

RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS

Foram inscritos R\$ 932.838,17, correspondendo a 2 Convênios celebrados, no valor de R\$ 690.414,81 e R\$ 242.323,36 que será cancelado em 2006, em virtude da não celebração de convênios.

Situação dos Recursos Externos

Os recursos externos seguiram a programação conforme demonstrado, Anexo VI.

GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS (Custos / Gastos com Convênios)

A Secretaria Nacional de Segurança Pública no âmbito do FNSP (Fundo Nacional de Segurança Pública), de acordo com o orçamento disponibilizado, executou um total de R\$ 242.958.508,08, sendo R\$ 8.233.360,52 (Convênios do exercício de 2004) e R\$ 94.319.940,89 (Convênios do exercício de 2005) em transferências para Estados e R\$ 18.857.779,36 para Municípios (Convênios) e R\$ 129.780.787,83 em Aplicação direta, de acordo com as ações contempladas no Orçamento, Anexos IV e V.

PROCESSOS DE CONTROLE

Vide Anexo VII.

A N E X O S

Anexo I - Estrutura Regimental do Ministério da Justiça - Decreto nº 5.535/2005 e Lei nº 10.201/2001, com as suas devidas alterações.

Anexo II - QDD - Quadro de Detalhamento de Despesas do Programa SUSP (30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública)

Anexo III - Execução da Meta Física e Financeira extraída do Sistema SIGPLAN.

Anexo IV - Repasse de recursos para Estados e Municípios em 2005 - Geral.

Anexo V - Repasse de Recursos para Estados - Por Ação.

Anexo VI - Recursos Externos

Anexo VII - Controle das Solicitações de Auditoria.